

# Espacialização das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado do Rio de Janeiro em 2021

## Spatialization of the Remaining Communities of Quilombos in the State of Rio de Janeiro in 2021

Tatiana de Sá Freire Ferreira<sup>i</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

Ursula Borges dos Santos Lima<sup>ii</sup>  
Universidade de São Paulo  
São Paulo, Brasil

Amanda Lacerda Reis<sup>iii</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

Manoel do Couto Fernandes<sup>iv</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

Paulo Márcio Leal de Menezes<sup>v</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** A percepção e o entendimento espacial são intrínsecos à ciência geográfica e fazem parte de uma forma original de pensar, baseada em três dimensões, que buscam entender a espacialidade de objetos, coisas, pessoas e fenômenos, cuja representação espacial, traduzida em mapas ou quadros geográficos, é elemento essencial. Os quilombos são grupos sociais que marcam a herança da cultura de origem africana no território brasileiro, reflexo da escravidão e das lutas contemporâneas por reconhecimento de direitos. A localização pontual das Comunidades Remanescentes de Quilombo tem como objetivo explorar sua distribuição espacial no estado do Rio de Janeiro. O levantamento das informações, efetuado nos órgãos governamentais de reconhecimento, regularização fundiária e instituições de pesquisa, resultou em um Banco de Dados Geográficos com

---

<sup>i</sup> Doutoranda em Geografia. tatidesa@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6951-5489>

<sup>ii</sup> Mestranda em Geografia – PPGF/FFCLH. ursula.borges@gmail.com.  
<https://orcid.org/0000-0002-7717-5226>

<sup>iii</sup> Licencianda em Geografia. amandalacerda1703@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-0413-3444>

<sup>iv</sup> Professor Titular. manocoutofernanandes@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-4500-0624>

<sup>v</sup> Professor Titular. pmlmenezes@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-7049-7081>

a localização georreferenciada de cada comunidade, que mostra uma distribuição espacial heterogênea. Espera-se que os mapas contribuam para pesquisas em diversas áreas de conhecimento e em ações educativas nos próprios territórios.

**Palavras-chave:** Comunidades Remanescentes de Quilombos; Cartografia Temática; Análise Espacial; Espacialização; Visibilidade.

**Abstract:** The perception and spatial understanding are intrinsic to geographic science and are part of an original way of thinking, based on three dimensions, which seek to understand the spatiality of objects, things, people and phenomena, whose spatial representation, translated into maps, or pictures geographical areas, is an essential element. The quilombos are social groups that mark the heritage of the culture of African origin in the Brazilian territory, a reflection of slavery and contemporary struggles for the recognition of rights. The punctual location of the Quilombo Remaining Communities aims to explore their spatial distribution in the state of Rio de Janeiro. The survey of information, conducted in government bodies for land recognition, regularization and research institutions, resulted in a Geographical Database with the georeferenced location of each community, which shows a heterogeneous spatial distribution. It is expected that the maps will contribute to research in different areas of knowledge and in educational actions in the territories themselves.

**Keywords:** Quilombo Remaining Communities; Thematic Cartography; Spatial Analysis; Spatialization; Visibility.

## Introdução

O presente trabalho propõe uma representação espacial da localização geográfica pontual das Comunidades Remanescentes de Quilombos no estado do Rio de Janeiro, como subsídio para futuras análises geográficas dessas comunidades tradicionais, através de uma informação geográfica mais precisa e refinada.

Sabe-se que a percepção e entendimento espacial é algo intrínseco à ciência geográfica, e faz parte do que Gomes (2017) denomina de uma forma original de pensar, baseada em três dimensões que buscam entender a espacialidade de objetos, coisas, pessoas e fenômenos. Assim, a representação espacial, traduzida em mapas, ou quadros geográficos, é um elemento essencial que se faz presente no entendimento destas dimensões.

Os quilombos são elementos centrais de resistência de grupos sociais que carregam como referência principal a cultura de origem africana, passada pelos negros que vieram para o Brasil, escravizados, ao longo do processo de colonização por Portugal, do século XVI até o XIX. A Constituição Federal de 1988 reconheceu os direitos civis de autoidentificação e proteção das terras e do patrimônio cultural dos descendentes dos africanos escravizados. Assim, os processos de gênese e afirmação dos quilombos no território seguem em transformação (ALMEIDA, 2002; LEITE, 2000; DUTRA, 2011 e SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P., 2002).

O objetivo principal da pesquisa em curso foi realizar um levantamento das Comunidades de que se tinha notícia em 2021 e apontar a localização geográfica pontual destas no estado do Rio de Janeiro, através da elaboração de mapas temáticos. Espera-se, desta forma, que os mapas gerados permitam algumas análises geográficas preliminares sobre a espacialização dos quilombos.

## A Escravidão Negra no Brasil

Os primeiros africanos escravizados chegaram no Brasil em meados do século XVI, através do tráfico negreiro, durante o período da colonização portuguesa, para trabalhar nas *plantations* de monoculturas, na extração de minérios e no extrativismo vegetal (GAVIOLI, 2017; IBGE, 2007; KANTOR, 2017; MARQUESE, 2006 e 2011).

A análise geográfica dos antigos quilombos no Brasil, destacada por dos Anjos (2005a; 2005b), se faz necessária ante o grave quadro de desigualdade social que, em pleno séc. XXI, expõe a população negra a altos índices de vulnerabilidade social, ao risco de apagamento de sua cultura e ao cerceamento de seus direitos civis e sociais.

Dentre os pontos estruturais que permeiam a situação dos descendentes dos antigos Quilombos no Brasil, destaca-se a carência de informações sistematizadas referentes à distribuição dessas comunidades no território. As estimativas são inconsistentes, divergentes e não existem pesquisas direcionadas para investigar a questão com essa abordagem geográfica (ANJOS, 2005a, p. 9).

No período em que o Brasil era dividido em capitanias hereditárias os portugueses utilizavam mão de obra indígena, parte assalariada e parte escravizada, porém muitos indígenas morreram devido a enfermidades e epidemias. Os colonos passaram então a importar mão de obra negra, que adquiriam em mercados no continente africano e traziam em embarcações insalubres até o litoral brasileiro (MARQUESE, 2011).

A escravidão Mercantil africana do período moderno é um sistema que se enraizou cruelmente na história brasileira, e que guarda marcas profundas do nosso cotidiano. O país não só foi o último a abolir essa forma perversa de mão de obra nas Américas, como aquele que mais recebeu africanos saídos de seu continente de maneira compulsória, além de ter contado com os escravos em todo território. Com as primeiras levas chegando em 1550 e as últimas na década de 1860, já que existem registros de envio ilegal de Africanos entre 1858 e 1862, estima-se que 4,8 milhões de Africanos tenham desembarcado no Brasil (GOMES e SCHWARCZ, 2015, p. 21).

No continente americano, o Brasil foi a região que mais recebeu negros escravizados e o último país a abolir a escravidão, que ocorreu, oficialmente, em 1888.

Os escravizados sabiam que as chances de escaparem pacificamente da escravidão eram poucas e a fuga era a forma mais constante de resistência. Os

fugidos o faziam individualmente, misturando-se à massa de negros libertos ou se juntavam para formar os quilombos como uma forma de resistência à dominação escravocrata (GOMES, L., 2015).

No Brasil, os remanescentes de antigos quilombos, “mocambos”, “comunidades negras rurais”, “quilombos contemporâneos”, “comunidade quilombola” ou “terras de preto” referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural inestimável e em grande parte desconhecido pelo Estado, pelas autoridades e pelos órgãos oficiais. Muitas dessas comunidades mantêm ainda tradições que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato, os dialetos, a culinária, a relação comunitária de uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural e tecnológica (ANJOS, 2005a, p. 9).

Na história recente do Brasil, a formação dos quilombos, rurais e urbanos, é calcada na luta pelo reconhecimento dos direitos civis, sociais e territoriais, assegurados por lei a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988<sup>a</sup>; GOMES, 2015).

Segundo Almeida (2002), o conceito de quilombo ficou frigidificado, como algo que permaneceu imutável e fosse um processo resultante das fugas da época da colonização.

Hoje, as comunidades remanescentes de quilombo expressam autonomia sobre suas ações, além de enfatizar o sentimento de coletividade através do compartilhamento de um território e uma identidade (ALMEIDA, 2000).

Na presente pesquisa foi possível identificar uma carência de informações geográficas sobre como vivem e onde estão localizados os quilombos brasileiros conforme exposto, anteriormente, por Anjos (2005a).

A situação das Comunidades descendentes de quilombos no Brasil tem apresentado um tratamento caracterizado por ações episódicas e fragmentárias, fato que compromete uma política definida para o equacionamento do seu problema estrutural, ou seja, o reconhecimento dentro do sistema brasileiro e a titulação das áreas ocupadas. Essa problemática tem mais componentes políticos e sociais do que antropológicos. Poderíamos complementar um pouco mais essa constatação apontando a falta de informação sistematizada e de visibilidade espacial, assim como as disputas e os conflitos institucionais por espaços para conduzir o processo de legalização das suas terras como fatores que dificultam a resolução do problema (ANJOS, 2005a, p. 10).

## **A Evolução da Legislação**

Segundo DUTRA (2011), “o reconhecimento da existência de quilombos contemporâneos no Brasil é relativamente recente” (DUTRA, 2011, p. 16). A Constituição reconhe-

ce a existência desse grupo social e lhe garante o direito à propriedade, conforme disposto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 1988a).

Conforme o art. 2º do decreto 4.887 de 2003 que regulamenta o art. 68 das Disposições Transitórias da Constituição para os processos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de territórios:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

A portaria nº 98 de 2007 engloba uma série de considerações que permitem a regulamentação dos processos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos (BRASIL, 2007). A Lei nº 7.768 de 1988, autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares (FCP) e dá outras providências (BRASIL, 1988b).

A FCP é a instituição responsável pela emissão da certidão de autorreconhecimento, sendo o ponto de partida na luta pela titulação de reconhecimento dos territórios que os quilombolas ocupam, posteriormente analisada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (INCRA, 2017).

A Instrução Normativa nº 57 de 2009 regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo de que tratam o Art. 68 e o Decreto 4.887 (BRASIL, 2009).

O levantamento de 49 comunidades teve como base original os registros da FCP e do INCRA, respectivamente, as instituições governamentais responsáveis pela emissão da Certidão de Autodeclaração e do Título de propriedade coletiva da terra (INCRA, 2017 e 2020).

Uma vez conhecida a gênese da formação da comunidade remanescente de quilombo como elemento estruturante da identidade negra da sociedade brasileira (ANJOS, 2005a) e decididas as fontes de localização pontual, teve início a espacialização dos quilombos com a criação de uma lista com todas as comunidades das quais houvesse algum registro da existência na internet, até outubro de 2021.

Foram realizadas consultas em sites de instituições de pesquisa e da sociedade civil que analisam os quilombos no Brasil: Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ); Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) da Universidade de Brasília (UNB); Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP); Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); A Cozinha dos Quilombos; KOINIONIA Projeto Ipatrimônio; Presença Ecumênica em Serviço; Projeto Passados Presentes, da Universidade Federal Fluminense (UFF); Museu Afro Rio da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); redes sociais (*Facebook* e *Instagram*); e *GoogleMaps*, até se obter uma listagem mais completa possível. Por fim, o material foi apresentado para a ACQUILERJ<sup>1</sup>.

## Metodologia

Sistematicamente, a metodologia adotada para o trabalho pode ser dividida em quatro etapas cronológicas, que abordam diferentes materiais e métodos. Estas são o processo de levantamento de dados, levantamento de camadas, criação da base geográfica e a marcação de pontos, as quais são descritas em seguida.

### *Processo de Levantamento de Dados*

A FCP disponibiliza tabelas com o status de cada comunidade que deu entrada na abertura de processo na instituição<sup>2</sup>. No portal I3Geo, do INCRA, está disponível uma camada *shapefile* de “Áreas Quilombolas” que estão em processo de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e já possuem área delimitada e demarcada, em todo o Brasil<sup>3</sup>. Algumas localizações pontuais foram obtidas no *Google Maps*.

### *Levantamento de Camadas*

Para subsidiar a análise, foi feito um levantamento de camadas de dados espaciais (*shapefile*) disponíveis nos órgãos governamentais<sup>4</sup> e adequação de todas para a projeção Equiretangular Cilíndrica Normal, Sistema de Referência Geodésico SIRGAS 2000, no software *ArcGis 10.7*.

### *Criação da Base Geográfica*

Uma vez selecionadas as camadas, foi organizada uma Base Geográfica, na forma de tabela *Excel*, com todas as informações, para que, no futuro, o trabalho do pesquisador que for continuar as análises espaciais com o banco de dados gerado seja facilitado. Foram registrados o nome do *shapefile* na fonte, o *link* para *download*, o caminho, a data de aquisição, a escala e o sistema de coordenadas originais. Posteriormente, as camadas foram projetadas para SIRGAS2000 para uma padronização do Banco de Dados Geográficos e geração de *layouts* para impressão no formato A4, no software *ArcGisPro*.

### *Marcação de Pontos*

A marcação dos pontos seguiu a lógica de encontrar a maior precisão da informação pontual:

1. Marcação pontual do centroide das áreas quilombolas demarcadas pelo INCRA;
2. Marcação no *Google Earth*, no formato *kml*, das comunidades passíveis de localização através de informações obtidas na internet;
3. Marcação pontual nos centroides dos polígonos dos municípios, distritos ou subdistritos, nos quais não foi possível localizar a comunidade.

O primeiro passo foi realizar a marcação do centroide dos polígonos formados pelas áreas quilombolas que já foram identificadas e delimitadas pelo INCRA. Em comunidades cujas áreas são formadas por dois ou mais polígonos, o centroide marcado levou em consideração o perímetro do conjunto de áreas que forma a mesma comunidade.

Foram realizadas buscas na internet de qualquer informação que levasse à localização de cada comunidade que ainda aguarda a delimitação pelo INCRA. Algumas possuem páginas em redes sociais, com endereço, ou pontos no *Google Maps*. Para outras, a localização foi estimada com base em pistas encontradas em notícias e matérias na internet, que citavam o nome de uma rua, uma estrada, uma escola, ou mesmo a proximidade de Unidades de Conservação. A localização utilizou como base o *software Google Earth Pro*. Foram gerados pontos no formato *kml*, que depois foram convertidos em *shp*.

Quando não foi possível obter qualquer informação sobre a localização da comunidade, foi marcado o centroide do polígono da menor divisão territorial identificada (bairro, setor, censitário, subdistrito, distrito ou município).

Por fim, foi elaborado um *shapefile* no *ArcGis 10.7*, a partir da junção dos 49 pontos identificados. A lista com as comunidades e o método de localização de cada uma, foi organizada em um quadro (Quadro 1).

Quadro 1 – Comunidades remanescentes de quilombos, por município e método de localização.

ID	Comunidade	Município	Método de localização pontual
1	ALELUIA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	Localização <i>Google Earth</i>
2	ALTO DA SERRA DO MAR	ANGRA DOS REIS   RIO CLARO	Localização <i>Google Earth</i>
3	BAÍA FORMOSA	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	Localização <i>Google Earth</i>
4	BARRINHA	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	Localização <i>Google Earth</i>
5	BATATAL	CAMPOS DOS GOYTACAZES	Centroide menor divisão territorial
6	BOA ESPERANÇA	AREAL	Centroide área INCRA
7	BONGABA	MAGÉ	Localização <i>Google Earth</i>
8	BOTAFOGO	CABO FRIO	Centroide área INCRA
9	CABRAL	PARATY	Centroide área INCRA
10	CAFUNDÁ ASTROGILDA	RIO DE JANEIRO	Localização <i>Google Earth</i>

11	CAMBUCÁ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	Centroide menor divisão territorial
12	CAMORIM – MACIÇO DA PEDRA BRANCA	RIO DE JANEIRO	Localização <i>Google Earth</i>
13	CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA	PARATY	Centroide área INCRA
14	CAVEIRA	CABO FRIO   SÃO PEDRO DA ALDEIA	Centroide área INCRA
15	CHÁCARA DO CÉU DOIS IRMÃOS	RIO DE JANEIRO	Centroide menor divisão territorial
16	CONCEIÇÃO DE IMBÉ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	Localização <i>Google Earth</i>
17	CRUZEIRINHO	NATIVIDADE	Centroide área INCRA
18	CUSTODÓPOLIS	CAMPOS DOS GOYTACAZES	Localização <i>Google Earth</i>
19	DESERTO FELIZ	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	Localização <i>Google Earth</i>
20	DONA BILINA	RIO DE JANEIRO	Localização <i>Google Earth</i>
21	FAMÍLIA PINTO – SACOPÃ	RIO DE JANEIRO	Centroide área INCRA
22	FAZENDA ESPÍRITO SANTO	CABO FRIO	Localização <i>Google Earth</i>
23	FAZENDA SANTA JUSTINA/SANTA ISABEL	MANGARATIBA	Centroide área INCRA
24	FEITAL	MAGÉ	Localização <i>Google Earth</i>
25	FERREIRA DINIZ	RIO DE JANEIRO	Centroide menor divisão territorial – bairro Santa Teresa
26	GROTÃO	NITERÓI	Localização <i>Google Earth</i>
27	GUITI	PARATY	Localização <i>Google Earth</i>
28	ILHA DE MARAMBAIA	MANGARATIBA	Centroide área INCRA

29	LAGOA FEA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	Localização <i>Google Earth</i>
30	LÍDICE	RIO CLARO	Localização <i>Google Earth</i>
31	MACHADINHA	QUISSAMÃ	Localização <i>Google Earth</i>
32	MARIA CONGA	MAGÉ	Localização <i>Google Earth</i>
33	MARIA JOAQUINA	CABO FRIO	Centroide área INCRA
34	MARIA ROMANA	CABO FRIO	Localização <i>Google Earth</i>
35	PEDRA BONITA	RIO DE JANEIRO	Centroide menor divisão territorial – bairro Alto da Boa Vista
36	PEDRA DO SAL	RIO DE JANEIRO	Centroide área INCRA
37	PRETO FORRO	CABO FRIO	Centroide área INCRA
38	QUATRO BOCAS	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	Localização <i>Google Earth</i>
39	QUILOMBÁ	MAGÉ	Centroide menor divisão territorial – município
40	RASA	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	Centroide área INCRA
41	SANTA ISABEL DO RIO PRETO	VALENÇA	Localização <i>Google Earth</i>
42	SANTA RITA DO BRACUI	ANGRA DOS REIS	Centroide área INCRA
43	SANTANA	QUATIS	Centroide área INCRA
44	SÃO BENEDITO	SÃO FIDÉLIS	Centroide área INCRA
45	SÃO JOSÉ DA SERRA	VALENÇA	Centroide área INCRA
46	SOBARA	ARARUAMA	Localização <i>Google Earth</i>
47	SOSSEGO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	Localização <i>Google Earth</i>
48	TAPERA	PETRÓPOLIS	Localização <i>Google Earth</i>
49	TAPINOÃ – PRODÍGIO	ARARUAMA	Centroide área INCRA

Fonte: FCP (2021), INCRA (2021), KOINIONIA (2021) e IBGE (2020)

Alguns exemplos de aferição dos pontos

a) Quilombo Boa Esperança – município de Areal.

Ponto aferido pelo centroide da área delimitada no RTID (Figura 1).

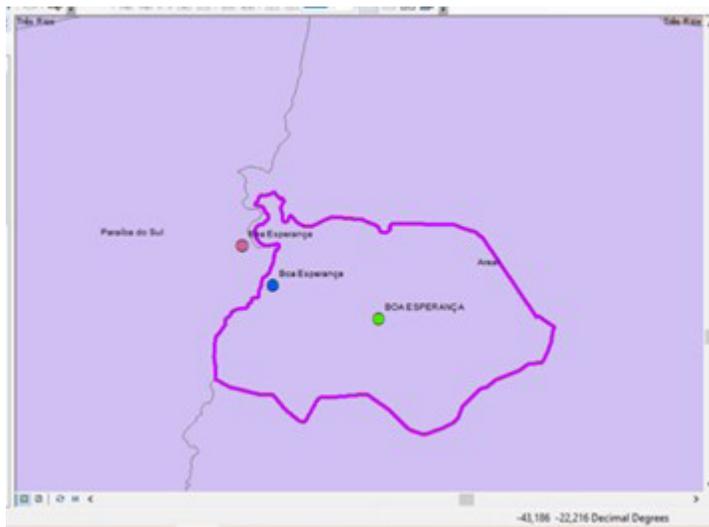


Figura 1 – Exemplo de marcação pelo centroide do polígono da área do INCRA no ArcGis 10.7.

b) Quilombo Cafundá Astrogilda – município do Rio de Janeiro.

Ponto aproximado pela localização do Caminho do Cafundá no Parque Estadual da Pedra Branca e pela localização na página do Facebook (Figura 2).

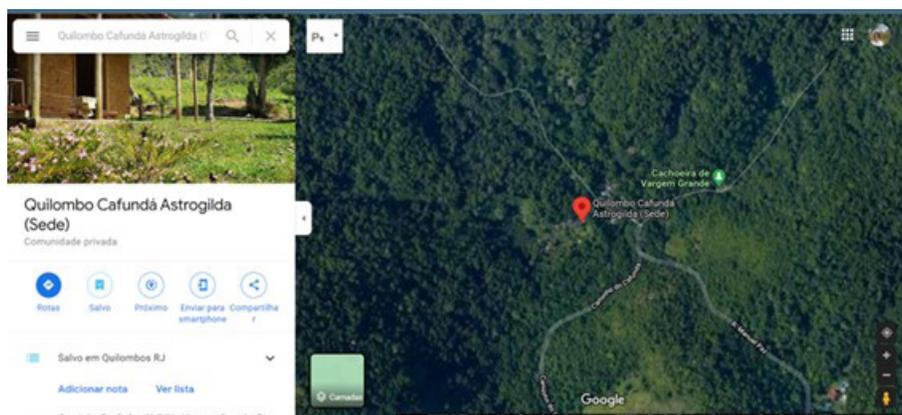


Figura 2 – Exemplo de marcação pela identificação com o auxílio do Google Earth e Google Maps.

c) Quilombo Quilombá – município de Magé.

Processo aberto na FCP em 2007. Não há informações de localização. Ponto feito no centroide do município de Magé (Figura 3)



Figura 3 – Exemplo de marcação pelo centroide do polígono do subdistrito, distrito ou município no *ArcGis 10.7*.

## Resultados e Discussões

A pesquisa teve início em 2019, foi interrompida em 2020, devido à pandemia, e retomada em 2021, e prevê a continuidade do processo de espacialização e mapeamento, com a aproximação com os coletivos quilombolas para o aferimento dos endereços e troca de conhecimento.

O esforço empenhado no levantamento e na organização de uma Base Geográfica robusta, com camadas de dados espaciais oriundos de fontes oficiais, garantiu a qualidade da informação geográfica gerada e permitiu algumas considerações. A espacialização dessas comunidades representada a partir de mapas temáticos permite análises diversas.

Diferentes quadros geográficos poderão ser vislumbrados através dos mapas temáticos elaborados com a sobreposição da camada de pontos dos quilombos a outras camadas de dados espaciais secundários, tais como limites políticos, Unidades de Conservação da Natureza e outras.

1 – Mapa de espacialização por municípios (Figura 4). O mapa traz a localização das comunidades nos municípios.

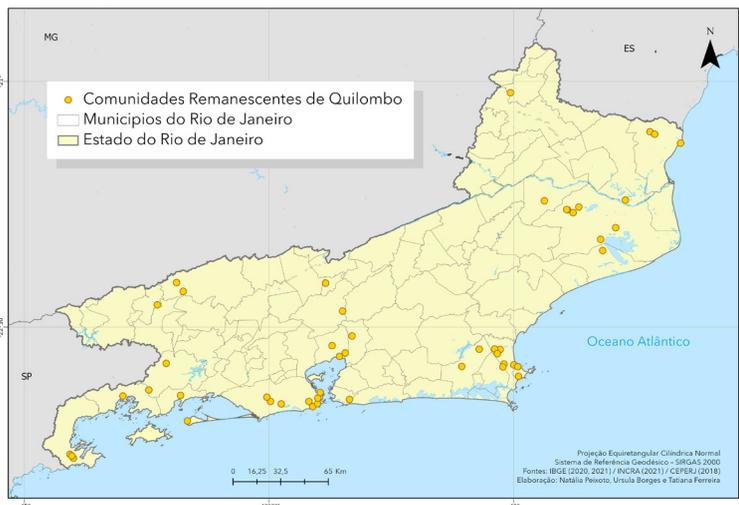


Figura 4 – Mapa de localização das Comunidades por município.

2 – Mapa de espacialização de acordo com o método de localização e por regiões de governo (Figura 5). Neste mapa é possível identificar as comunidades que já possuem limites demarcados pelo INCRA, aquelas que foram localizadas na internet e as que foram marcadas pela menor divisão territorial identificada.

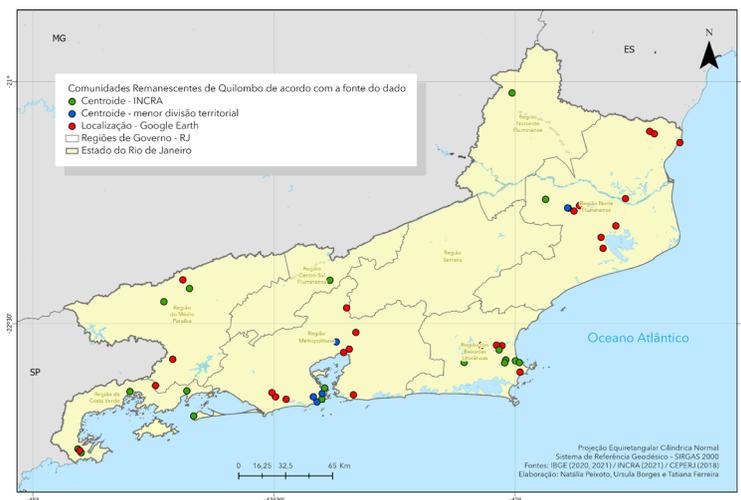


Figura 5 – Mapa da localização das Comunidades por região de governo e método de localização.

3 – Mapa de espacialização com a situação de titulação junto ao INCRA (Figura 6). O mapa mostra que apenas 3 comunidades, das 49 listadas, estão tituladas: Campinho da Independência (Paraty), Marambaia (Mangaratiba) e Preto Forro (Cabo Frio).

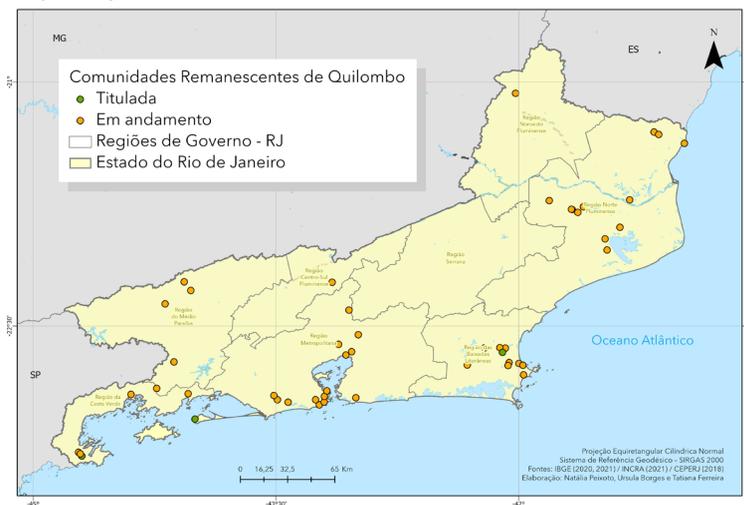


Figura 6 – Mapa da localização das Comunidades categorizado pela situação do processo de titulação.

4 – Mapa de calor com a densidade de concentração da ocorrência destas comunidades no estado (Figura 7). A análise do mapa de calor tornou possível verificar a concentração de comunidades em algumas regiões do estado, o que pode levar tanto ao estudo de possíveis relações com o passado histórico, quanto servir para ações de políticas públicas, planejamento e de articulação de múltiplas redes.

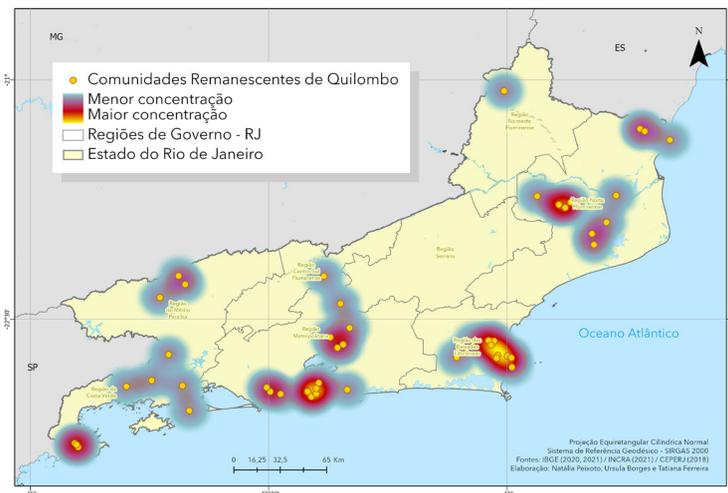


Figura 7 – Mapa de calor representando a espacialização das Comunidades no RJ.

5 – Mapas de proximidade e sobreposição a áreas protegidas (Figuras 8 e 9). Nestes mapas é possível verificar a posição das comunidades em relação às áreas protegidas (Unidades de Conservação da Natureza e Reserva da Biosfera da Mata Atlântica).

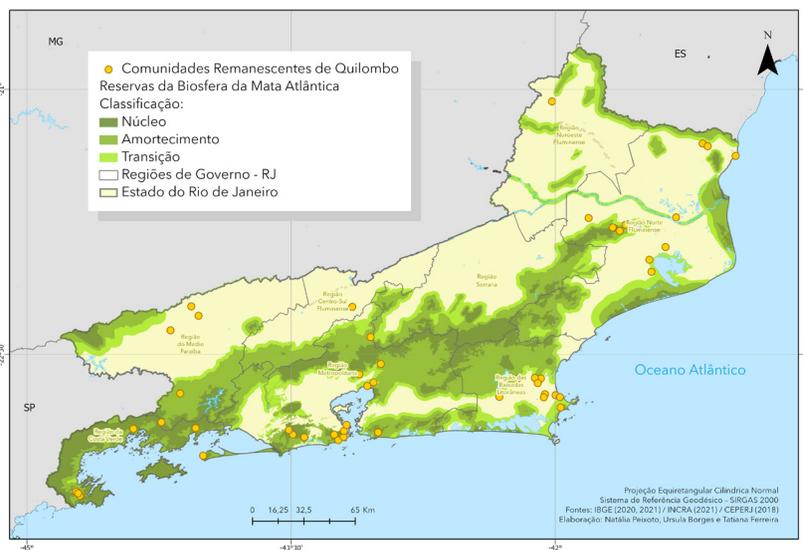


Figura 8. Mapa da localização das Comunidades de acordo com a RBMA (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica).

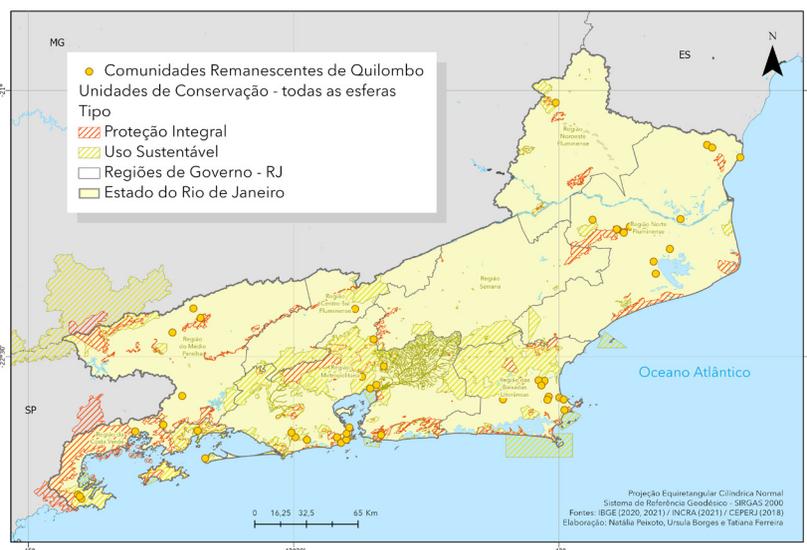


Figura 9. Mapa da localização das Comunidades de acordo com as Unidades de Conservação da Natureza (UC).

Os mapas gerados nos permitem explorar múltiplas possibilidades de análise na distribuição espacial dessas comunidades tradicionais e interessar outros atores na gestão do território e no planejamento de políticas públicas. Dentre os resultados, se destaca o mapa de calor, no qual foi possível verificar a concentração de comunidades remanescentes de quilombos em algumas regiões específicas do estado do Rio de Janeiro, o que pode nos levar tanto ao estudo de possíveis relações com o passado histórico, quanto a vislumbrar uma articulação de redes no presente.

## Considerações

Esta pesquisa se encontra em desenvolvimento e os resultados obtidos até o momento, com relação ao processo de levantamento de dados e os produtos gerados a partir dele, permitiram algumas considerações. Os dados apresentados visam a contribuição não somente em pesquisas de diferentes áreas do conhecimento voltadas ao tema, mas também em ações educativas nos próprios territórios quilombolas, e que possam servir de base para fortalecer as redes de articulação destes povos na defesa e proteção dos direitos civis coletivos, através da promoção da visibilidade dessas comunidades tradicionais.

## Referências Bibliográficas

A COZINHA DOS QUILOMBOS. Banco de dados. Disponível em: <http://www.br.acozinhadosquilombos.com.br/news/quilombo-aleluia-campos-dos-goytacazes-regiao-norte-fluminense>. Acesso em: 10 set. 2021.

ACQUILERJ – Associação das Comunidades Quilombolas do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://conaq.org.br/coordenacoes-estaduais/nome-da-coordenacao-entra-aqui/>. Acesso em: 12 jul. 2020

AFRORIO (MUSEU AFRODIGITAL GALERIA RIO DE JANEIRO). Banco de dados. Programa de Extensão Museu Afrodigital Rio de Janeiro. Decult/PR-3 (Pró reitoria de Extensão e Cultura), Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.museuafrorio.uerj.br/?work=quilombos>. Acesso em: 30 out. 2019

ALMEIDA, A. W. B. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (Org.). *Quilombos – identidade étnica e territorialidades*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 44-82.

ANJOS, R. S. *Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil*. Brasília: Editora Mapas & Consultoria, 2005. II. [2005a]

\_\_\_\_\_. *Territórios das Comunidades Quilombolas no Brasil – segunda configuração espacial*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005. Contém Mapa Temático Articulado na escala aproximada de 1:6.000.000. [2005b]

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para assuntos jurídicos, 1988. [1988a]

\_\_\_\_\_. *Lei nº 7688, de 22 de agosto de 1988*. Autoriza o poder executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares – FCP e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para assuntos jurídicos, 1988. [1988b]

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para assuntos jurídicos, 2003.

\_\_\_\_\_. *Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007*. Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03. Brasília, DF: FCP, 2007.

\_\_\_\_\_. *Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Brasília, DF: INCRA, 2009.

DUTRA, M. V. F. *Direitos quilombolas: um estudo do impacto da cooperação ecumênica*. Rio de Janeiro: KOINIONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2011.

FCP – Fundação Cultural Palmares. *Quadro geral por estados e regiões*. Tabela no formato .xls. Brasília, 2021. Disponível em: [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551). Acesso em: 29 out. 2021. [2021a]

\_\_\_\_\_. *tabela-crq-completa-certificadas-15-06-2021*. Tabela no formato .pdf. Brasília, 2021. Disponível em: [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551). Acesso em: 29 out. 2021. [2021b]

\_\_\_\_\_. *em análise técnica-15-06-2021*. Tabela no formato .xlsx. Brasília, 2021. Disponível em: [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551). Acesso em: 29 out. 2021. [2021c]

\_\_\_\_\_. *aguardando-visita-tecnica-15-06-2021*. Tabela no formato .xlsx. Brasília, 2021. Disponível em: [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551). Acesso em: 29 out. 2021. [2021d]

Espacialização das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado do Rio de Janeiro em 2021  
\_\_\_\_\_. *aguardando-complementacao-de-documentacao-15-06-2021*. Tabela no formato .xlsx. Brasília, 2021. Disponível em: [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551). Acesso em: 29 out. 2021. [2021e]

GAVIOLI, J. S. *Tráfico negreiro: a diáspora de um continente*. 2017, 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História da África) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

GOMES, F. S. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 1. ed. Coleção Agenda Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_; SCHWARCZ, L. M. (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GOMES, L. *Escravidão – vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOMES, P. C. *Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

\_\_\_\_\_. Banco de Dados. *Geociências Download*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 25 jul. 2021.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). *Regularização de território quilombola, perguntas e respostas*. Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ. Atualizado em 13 de abril de 2017. Manual. 17p. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas\\_respostas.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf). Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. *Passo a passo da titulação quilombola*. Panfleto virtual. Brasília: DF, 2020. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/pt/passos\\_a\\_passo\\_quilombolas](http://www.incra.gov.br/pt/passos_a_passo_quilombolas). Acesso em: 6 ago. 2019

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. *Atlas Quilombola*. Disponível em: <https://kn.org.br/atlasquilombola/#>. Acesso em: 30 out. 2019.

KANTOR, I. O tráfico negreiro na cartografia luso-afro-brasileira: a circulação da informação geográfica no Atlântico Sul. *Revista USP*, n. 113, p. 81-102, 2017.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000.

MARQUESE, R. B. *A dinâmica da escravidão no Brasil*. São Paulo: CEBRAP, 2006.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

PASSADOS PRESENTES. Banco de dados. Projeto de Pesquisa. LABHOI/UFF – Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense e NUMEM/UNIRIO – Núcleo de Memória e Documentação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php/principal/index>. Acesso em: 30 out. 2019.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e territórios nas definições teóricas. *Rev. Ambiente e Sociedade*, v. 5, n. 10, p.1-8, 2002.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Agradecemos à Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ), à Associação dos Amigos e Amigas das Fazendas Santa Justina e Santa Izabel, à Comissão de Direito Popular e Interlocação Sociopopular da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio de Janeiro (CDPISP/OABRJ) à KOINIONIA Presença Ecumênica em Serviço, e ao Projeto “A Defensoria vai aonde o povo pobre está” da divisão ordinária de atuação da Defensoria Pública da União em Volta Redonda.

## Notas

<sup>1</sup> No dia 25/10/2022 a pesquisa foi apresentada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), em evento de comemoração dos 20 anos da ACQUILERJ, a convite da diretoria, quando estiveram presentes várias lideranças dos quilombos.

<sup>2</sup> Até o dia 21/10/2021 constavam 48 comunidades com processo aberto na FCP (FCP, 2021, a, b, c, d, e). A existência de 1 comunidade foi informada pela ACQUILERJ em reunião com os pesquisadores. Total = 49 comunidades.

<sup>3</sup> INCRA. *Acervo Fundiário I3Geo*. (banco de dados online). Disponível em: <https://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/interface/openlayers.htm>. Acesso em: out. 2021

<sup>4</sup> Consórcio Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Recebido em: 26/11/2022.

Aceito em: 09/01/2023.